

Justificativas e concepções de psicólogos que não utilizam avaliação psicológica¹

Andressa Moreira Hazboun², João Carlos Alchieri
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, Brasil

RESUMO

Toda intervenção, em última instância, se baseia em um processo avaliativo que aponta a necessidade desta. Nesse sentido, a Avaliação Psicológica (AP) deveria estar no cerne do exercício profissional do psicólogo. Todavia, essa parece ser uma controvérsia, visto que muitos profissionais questionam ou rejeitam o uso da AP. Com base em um levantamento com 932 psicólogos, dos quais 278 declararam não praticar AP, incitam-se algumas reflexões sobre as justificativas e concepções subjacentes a esse posicionamento. Observam-se evidências que indicam concepções variadas sobre AP, refletindo deficiências na formação e/ou atitudes negativas frente a práticas avaliativas e seus instrumentais, principalmente, os testes psicológicos. No entanto, acredita-se que a discussão se insere num cenário de retomada da AP, cujo desenvolvimento torna necessário o debate, não só no sentido de problematizar, mas, principalmente, propor soluções. Nesse panorama, acredita-se que a AP pode ser um fundamento técnico metodológico inerente a todas as práticas psicológicas.

Palavras-chave: avaliação psicológica; prática; ética.

ABSTRACT – Justifications and concepts from psychologists who does not use psychological assessment

Any intervention is based on an evaluating process which points its requirement. Accordingly, Psychological Assessment (AP) should be the heart of psychologist's professional practice. However, this seems to be controversial, since many professionals question or reject the use of AP. Based on a survey with 932 psychologists, of whom 278 declared do not practice AP, we discuss the subjacent reasons and concepts regarding this attitude. We observed evidences indicating different conceptions about AP, related to deficiencies in training and/or negative attitudes directed at assessment practices and their instruments, psychological tests mainly. On the other hand, this work is inserted in a context of AP resumption, which demands debates, not only in aim of criticize, but also to propose solutions. In this scenario, we believe that AP may be a technical methodological foundation inherent in all psychological practices.

Keywords: psychological assessment; practice; ethics.

RESUMEN – Justificativas y concepciones de los psicólogos que no utilizan evaluación psicológica

Las intervenciones, en última análisis, se basan en procesos evaluativos que se las indicaron como necesarias. Así que la Evaluación Psicológica (AP) debería encontrarse en el centro del ejercicio profesional del psicólogo. Todavía, eso suele ser una controversia, ya que muchos profesionales cuestionan o rechazan el uso de la AP. Basado en una muestra con 932 psicólogos, en el cual 278 declararon no practicar la AP, se discuten las justificativas y los conceptos subyacentes a esta posición. Se observaron evidencias que indican diferentes concepciones acerca de la AP, relacionadas con deficiencias en la formación y/o actitudes negativas dirigidas a las prácticas de evaluación y a sus instrumentos, principalmente, las pruebas psicológicas. Por otro lado, este trabajo se inserte en un contexto de reanudación de la AP, lo que exige debates, no solamente para criticar, sino para proponer soluciones. En ese escenario, creemos que la AP puede ser un fundamento técnico metodológico inherente a todas las prácticas psicológicas.

Palabras clave: evaluación psicológica; práctica; ética.

O Conselho Federal de Psicologia conceitua a Avaliação Psicológica (AP) como “(...) o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos” (Resolução CFP no 007/2003, p. 3). O termo “técnico-científico” pressupõe

uma prática devidamente fundamentada, no intuito de garantir a validade do processo de AP como um todo. Nesse sentido, pode-se dizer que a AP possibilita uma melhor compreensão do fenômeno psicológico, a partir da qual ações e intervenções podem ser propostas. Em última instância, pode-se supor que qualquer tipo de intervenção é precedido por uma avaliação que apontou a necessidade desta (Chiodi & Wechsler, 2008; Siqueira &

¹ Agradecimentos: à Profa. Dra. Maria da Penha de Lima Coutinho, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pelo auxílio com a análise de dados. Apoio financeiro: esse trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado realizada com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN.

² Endereço para correspondência: R. Maxaranguape, 550, Tirol, apto 2003, 59020-160, Natal-RN. Tel.: (84) 9643-5885. E-mail: dxahaz@gmail.com

Oliveira, 2011), de modo que a AP deveria estar no cerne do exercício profissional de todo psicólogo.

Todavia, a AP, seus métodos e técnicas, têm vivenciado, de maneira cíclica na história, períodos de crítica e descrença alternados com momentos de valorização (Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006; Witter, 2007). Nos primórdios da Psicologia no Brasil, a sistematização de conhecimentos acerca dos processos básicos e o uso experimental de medidas psicológicas na área educacional adquiriram forte expressão nos anos 1836 a 1930 (Alchieri & Cruz, 2009). Na década seguinte até 1951, houve um forte interesse na psicologia do desenvolvimento e preocupação quanto ao uso e aplicação de instrumentos psicológicos, conferindo um período áureo para a avaliação psicológica (Chiodi & Wechsler, 2008). Até então, no entanto, o espaço para a formação era vinculado a laboratórios e outros cursos de graduação (Filosofia, Ciências Sociais etc.) e não tinha natureza profissionalizante (Lisboa & Barbosa, 2009). Somente em 1962 ocorreu a regulamentação da profissão e dos cursos de formação em Psicologia (Lei n. 4.119, 1962), que passaram a se expandir pelo território nacional. O ensino de AP, nesse paradigma epistemológico e de desenvolvimento, versava basicamente sobre o ensino de técnicas e testes psicológicos, nos quais havia confiança irrestrita e seu valor diagnóstico era indubitável (Custódio, 2006).

A proliferação rápida dos cursos de Psicologia resultou na carência de profissionais devidamente capacitados para suprir essa demanda, comprometendo a qualidade do ensino (Alchieri & Cruz, 2009) e a credibilidade nas práticas de AP e em seus instrumentos (Paula, Pereira, & Nascimento, 2007). Somado a isso, os anos 60 foram caracterizados por crises na Psicologia, ligadas principalmente a questões ideológicas (Custódio, 2006). A influência do humanismo e a popularização da psicanálise no Brasil, com críticas ao positivismo e suas técnicas, marcaram o declínio no uso de testes e na produção acadêmica (Custódio, 2006; Padilha, Noronha, & Fagan, 2007). Esse

quadro começou a se reverter, a partir da década de 1980, com a criação de cursos de pós-graduação em Psicologia, melhor qualificação profissional, crescimento no número de pesquisas e na criação de instrumentos (Alchieri & Cruz, 2009; Paula e cols., 2007). Atualmente, nove, dos 65 programas de pós-graduação stricto sensu existentes no Brasil, possuem linhas de pesquisa na área de AP e, em 2001, a Universidade São Francisco criou o primeiro e, ainda único, programa com área de concentração em AP (Primi, 2010). Nesse panorama, identifica-se uma retomada da AP tanto na pesquisa, com recrudescimento da produção científica (Barroso, 2010; Chiodi & Wechsler, 2008; Joly, Berberian, Andrade, & Teixeira, 2010; Joly, Silva, Nunes, & Souza, 2007; Souza-Filho, Belo, & Gouveia, 2006; Suehiro, 2009), como no exercício profissional, em virtude da constatação crescente da relevância desta nas atividades da Psicologia e do seu papel na promoção da qualidade de vida da população (Custódio, 2006).

A revalorização da AP não permite, porém, afirmar que preconceitos foram de todo superados ou mesmo que se tenha alcançado uma unidade conceitual e tácita, na área. Segundo Noronha e cols. (2002), ainda há posições radicais de abandono dos testes e tendência ao subjetivismo nas avaliações, por parte de alguns psicólogos. Assim, este artigo objetiva refletir as justificativas e concepções de psicólogos brasileiros que declararam não praticar AP, em um levantamento sobre a prática profissional.

Método

Participantes

Foi considerado como critério de inclusão para a pesquisa ser formado em Psicologia e estar inscrito em algum Conselho Regional (CRP) do Brasil. Participaram do levantamento 932 psicólogos, dos quais 278 (30%) alegaram não praticar AP. Somente não houve inscritos do CRP-19, os demais se distribuíram ao longo dos regionais, como se observa na Figura 1.

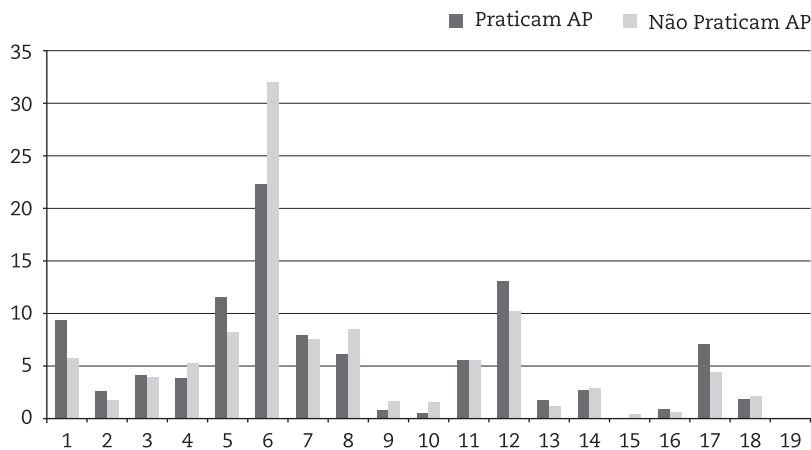


Figura 1
Distribuição dos psicólogos por CRP

Observa-se que a concentração do número de psicólogos que praticam ou não AP se comporta, hierarquicamente, de maneira parecida. O elevado número de psicólogos no CRP-06 (São Paulo) caracteriza uma hegemonia histórica da região Sudeste que, ao longo dos anos vem diminuindo ante o crescimento do número de profissionais em outras regiões (Bastos, Gondim, & Borges-Andrade, 2010). É válido apontar, ainda, que, no período de realização da pesquisa, os CRPs 18 e 19 haviam acabado de ser regulamentados, podendo justificar o baixo número de profissionais provenientes destes regionais.

Instrumento

Foi construído um questionário, disponibilizado em uma página na internet, para uma pesquisa de levantamento sobre a prática profissional do psicólogo em AP e um material informativo sobre AP. A página inicial de acesso ao questionário poderia ser visitada por qualquer internauta. Nela, havia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explicando do que tratava a pesquisa, quem poderia participar e solicitando a concordância do participante para prosseguir. Na página seguinte, era requisitado o email e número de inscrição em CRP para poder responder ao questionário. Mediante esse preenchimento, era exibida a primeira pergunta: “Você pratica ou praticou avaliação psicológica nos últimos três anos?”. A pergunta disponibilizava duas alternativas para marcação (sim/não). Aos psicólogos que, nesse item, marcavam a opção “não”, seguia-se a pergunta “Por que motivo não pratica avaliação psicológica?”, podendo responder de forma aberta, em uma caixa de texto de até 500 caracteres. Tais respondentes não tiveram acesso ao restante do questionário, por se tratar de questões específicas sobre AP, e foram redirecionados à página final, onde poderiam baixar um arquivo com o material elaborado.

Procedimentos

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sob o parecer no 096/10. Em seguida, o *link* do questionário foi divulgado no período de Julho até Novembro de 2011, utilizando-se uma estratégia do tipo bola-de-neve, envolvendo setores de comunicação e/ou profissionais inseridos em entidades ou instituições ligadas à psicologia e psicólogos cadastrados em redes sociais na internet.

Os dados foram armazenados em um banco de dados elaborado para facilitar os procedimentos de análise. Esse banco foi limpo manualmente, verificando-se a presença de e-mails julgados inadequados e, quanto ao número do CRP, realizou-se conferência de 10% da amostra, sorteados aleatoriamente. Para este artigo, as análises se restringiram à primeira questão do instrumento, considerando os psicólogos que alegaram não

praticar AP. Os procedimentos de análise foram feitos com auxílio de uma planilha em *Excel for Windows Microsoft*, com uso de estatística descritiva e os dados textuais foram submetidos à análise lexical com auxílio do software Análise Lexical por Contexto de um Conjunto de Segmentos de Texto (ALCESTE). O *corpus* de análise, composto pelas respostas, ou Unidades de Contexto Iniciais (UCIs) foi dividido pelo ALCESTE em Unidades de Contexto Elementar (UCEs), cuja distribuição do vocabulário em termos de frequência e Qui-quadrado (χ^2) permitiu a criação de grupos ou classes.

Resultados

Dos 278 profissionais que negaram praticar AP nos últimos três anos, 15% não expressaram razões desse posicionamento. A partir das respostas daqueles que justificaram o não emprego da AP (85%), foi constituído um *corpus* com 235 UCIs, analisadas com auxílio do software ALCESTE. Foram obtidas 257 UCEs, com 949 palavras diferentes (média de quatro palavras por UCI), sendo 204 dessas palavras com frequência igual a um – dado que indica riqueza de vocabulário no grupo pesquisado (percentual de 96%).

Após a redução das palavras às suas raízes, foram geradas cinco classes a partir de 52% do total de UCEs, com 91 palavras analisáveis (com frequência equivalente ou superior a quatro, de acordo com critério do próprio software estabelecido no cálculo do χ^2). É importante considerar que os resultados apontados neste artigo refletem um aproveitamento de UCEs considerado baixo para o ALCESTE. Segundo Camargo (2005), o valor mínimo adequado seria de 70%. Destarte, sugere-se cautela nas interpretações e generalizações desses dados. Na Figura 2, são descritas as cinco classes, com o dendograma das relações entre elas, suas respectivas denominações e número de UCEs analisadas, bem como as palavras mais significativas por ordem descendente do valor do χ^2 .

A Classe 1, com o maior número de UCEs classificadas, foi denominada *natureza do trabalho*. Nela, as justificativas de não praticar AP se centraram no tipo ou foco do trabalho realizado pelo psicólogo, que tornaria desnecessário ou mesmo incompatível o uso de práticas de AP. São principalmente citadas as atividades no campo da assistência social e da psicoterapia individual/familiar. Exemplos de UCEs dessa classe são: “avaliação (psicológica) não é meu foco de trabalho neste momento” (S. 80), “Por que trabalho no centro de referência de assistência social e não teve necessidade de avaliação psicológica” (S. 204), “trabalhava exclusivamente com psicoterapia individual e familiar, não realizando avaliação psicológica” (S. 223), “(...) trabalho em centro de referência em assistência social e nesta instituição não trabalhamos com avaliação psicológica” (S. 54).

Classe 1 (29%) Natureza do trabalho	Classe 2 (26%) Atuação clínica/ área de atuação.	Classe 3 (22%) Uso de testes psicológicos	Classe 4 (12%) Participação nas atividades	Classe 5 (11%) Formação
trabalhar ($\chi^2=39$) centro de referência ($\chi^2=24$) assistência social ($\chi^2=16$) psicoterapia ($\chi^2=14$) foco ($\chi^2=13$) familiar ($\chi^2=13$) momento ($\chi^2=13$) meu ($\chi^2=11$) não ($\chi^2=8$) avaliação psicológica ($\chi^2=8$) social ($\chi^2=7$) necessidade ($\chi^2=7$) realizar ($\chi^2=5$)	clínica ($\chi^2=34$) atuar ($\chi^2=32$) último ($\chi^2=31$) ano ($\chi^2=30$) área ($\chi^2=25$) três ($\chi^2=21$) estou ($\chi^2=11$) docente ($\chi^2=8$) apenas ($\chi^2=5$)	testes psicológicos ($\chi^2=39$) utilizar ($\chi^2=26$) paciente ($\chi^2=26$) aplicar ($\chi^2=18$) praticar ($\chi^2=17$) profissional ($\chi^2=15$) através de ($\chi^2=11$) avaliar ($\chi^2=8$) diagnosticar ($\chi^2=8$) tenho ($\chi^2=5$) tipo ($\chi^2=5$) porém ($\chi^2=5$) eu ($\chi^2=4$)	faz ($\chi^2=66$) parte ($\chi^2=66$) minhas ($\chi^2=19$) atividade ($\chi^2=12$) meus ($\chi^2=4$)	graduação ($\chi^2=72$) cursar ($\chi^2=46$) formar ($\chi^2=35$) fiz ($\chi^2=23$) especializar ($\chi^2=23$) conhecimento ($\chi^2=23$) me ($\chi^2=16$) melhor ($\chi^2=16$) durante ($\chi^2=16$) pois ($\chi^2=11$) nem ($\chi^2=9$) achar ($\chi^2=4$) somente ($\chi^2=4$) testes psicológicos ($\chi^2=4$)

Figura 2
Dendrograma com Classes com Porcentagem de UCEs e Palavras Mais Relevantes

Na Classe 2, os psicólogos do CRP-01 (Distrito Federal) tiveram maior participação ($\chi^2=9$). O termo “atuar” apareceu constantemente atrelado às palavras “área” e “clínica”, sendo ora a atuação clínica que justificava o não uso de AP, ora era o oposto, ou seja, a não atuação na área clínica servia de motivo. Exemplificam isso os discursos: “nos últimos três anos tenho me dedicado a docência em psicologia. Não estou atuando na área clínica nesse período” (S. 136) e “porque sou psicoterapeuta de família e trabalho basicamente com docência e área clínica (...)” (S. 196). Também se nota, nesses discursos, a presença da atuação em docência e a menção a um tempo atual. Portanto, a Classe 2 foi denominada: *atuação clínica/área de atuação*.

De acordo com o dendrograma, pode-se observar a relação de proximidade das Classes 1 e 2. Em ambas as classes, as justificativas parecem estar baseadas no tipo de trabalho ou área de atuação em que o psicólogo se encontra, o que levaria a uma ausência de necessidade ou divergência com o foco/tipo de trabalho realizado. A diferença mais notável entre as classes está no contexto da assistência social, que é referido na Classe 1, e nos contextos clínico e docente que aparecem nas justificativas da Classe 2.

Já a Classe 3 foi nomeada *uso de testes psicológicos*, uma vez que o próprio termo “testes psicológicos” obteve maior χ^2 e teve grande relevância para definição desta classe. Observou-se a sua menção como sinônimo de avaliação, ou seja, a não aplicação de testes na prática profissional seria equivalente a não se utilizar AP: “os pacientes que procuram meus serviços possuem transtornos bem definidos, não necessitando de uma avaliação

psicológica através de testes psicológicos (...)” (S. 143). Outras respostas indicaram, ainda, uma conceituação pessoal da AP, relacionada principalmente ao termo “eu”, significativamente presente apenas nessa classe. Nesse sentido, apesar de o respondente afirmar não praticar AP, por não utilizar testes, identifica em sua práxis a presença de um processo avaliativo outro. A título de exemplo, têm-se os discursos: “(...) entendo que se trata de aplicação de testes psicológicos e entrevistas avaliativas com objetivo de diagnosticar o cliente de acordo com o DSM, ou outro catálogo de classificações diagnósticas esse tipo de avaliação não está de acordo com a minha prática, nela o diagnóstico é feito a partir da fala do paciente” (S. 212), “pratico análise funcional constantemente, o que inclui a avaliação psicológica do cliente. Porém, não me utilizo de testes psicológicos (...)” (S. 207).

A ideia recorrente na quarta classe é a de que a AP não faz parte das atividades realizadas pelos profissionais em questão, muito embora, à semelhança da Classe 3 possa ser realizado algum tipo de avaliação. Exemplos contidos nas UCEs que constituíram essa classe são: “A avaliação das habilidades do cliente é parte da minha intervenção. Durante todo o tratamento, avalio o desempenho dos meus clientes para delinear a intervenção (...)” (S. 1), “Avaliação psicológica não faz parte das minhas atividades do atual trabalho em psicologia” (S. 89), “Avaliação psicológica não faz parte da abordagem com que trabalho (...)” (S. 87). A essa classe foi conferido o tema *participação nas atividades*.

A quinta e última classe foi designada *formação*. As variáveis como região e CRP identificaram participantes

provenientes da região Nordeste e como mais relevantes (respectivamente: $\chi^2=7$ e $\chi^2=4$). As justificativas dessa classe têm forte peso da formação, principalmente obtida na graduação, seja pelo tipo de direcionamento que não se voltou para a AP (por exemplo: “Ainda estava em formação na graduação e minha prática extracurricular foi na escola”, S. 6), seja por deficiências no conhecimento/capacitação, mencionando a necessidade de especialização e habilidade no uso de testes (por exemplo: “Dificuldade e creio que avaliação psicológica seja algo que exige conhecimento” (S. 31), “(...) na graduação que fiz o curso, as cadeiras de psicodiagnóstico tinham aulas muito superficiais (...)” (S. 197), “(...) desde que me formei não estudei mais nem fiz cursos de aperfeiçoamento (...)” (S. 178), “Não fiz uma especialização na área (...)” (S. 94), “Não atualizei meus conhecimentos em correção de testes psicológicos desde o final da minha graduação” (S. 72), “(...) boa parte dos testes psicológicos abordados na graduação está invalidada pelo SATEPSI” (S. 69). A classe formação, de acordo com o dendograma, originou as classes *uso de testes psicológicos e participação nas atividades, relacionadas entre si*.

Discussão

A menção da prática de AP pela maioria dos participantes não necessariamente indica que esta seja uma tendência expressiva na profissão. Embora tenha sido divulgada como uma pesquisa para psicólogos, considerando o uso de estratégia bola-de-neve, é possível que o foco do questionário tenha influenciado no direcionamento desta divulgação. Dessa maneira, os próprios participantes remeteriam, preferencialmente, àqueles profissionais que estivessem atuando na área visada. Da mesma forma, essa hipótese sugere que há muito mais psicólogos que não se identificam como praticantes de AP, do que evidencia esse levantamento.

Retomando a ideia de que a AP estaria no cerne da atividade do psicólogo e, portanto, poderia ser utilizada nas mais diversas áreas da psicologia, faz-se uma ressalva às justificativas relacionadas a áreas não aplicadas, principalmente, a de docência. No entanto, há respostas que apontam o não emprego da AP em contextos nos quais a avaliação também se fundamenta como balizadora de ações e intervenções no fazer psicológico. No caso de contextos relacionados à assistência social, citados, é fato que a inserção do psicólogo é recente, com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e o Sistema Único da Assistência Social (SUAS, 2007). Há, justificadamente, um processo de consolidação da atuação nessa área, inclusive no que tange às práticas de AP. Porém, a justificativa do não uso da AP não se voltou para a necessidade de desenvolvimento de modelos ou processos avaliativos específicos para esse contexto. Pelo contrário, os participantes apontaram a natureza do trabalho como impedimento, sugerindo uma incompatibilidade em se realizar AP nesses contextos.

Pode ser que a dificuldade em se travar um diálogo entre a AP e os psicólogos que atuam no contexto da assistência social se origine de fatores históricos, supondo perspectivas epistemológicas divergentes, como ocorreu durante a década de 60. Naquele momento, faziam sentido os embates e as críticas à AP, pois contribuíram para uma atuação cada vez mais contextualizada e voltada a aspectos sociais (Gimenez & Tizzei, 2008; Vieira, 2008). Tal posicionamento, na atualidade, não parece ter o mesmo efeito. Nesse sentido, os profissionais apontam uma concepção de AP obsoleta, que, por sinal, estaria inadequada para qualquer contexto. Aliás, o mesmo argumento dado pelos participantes nos contextos de assistência social se refere à natureza do trabalho nas modalidades de atendimento psicoterápico individual e familiar. Diversamente, porém, observou-se em algumas dessas falas o uso do termo “foco”, fazendo crer que o contexto psicoterápico possa ter sido tomado em caráter exclusivamente interventivo. Entretanto, não é possível definir se o psicólogo embasa sua intervenção em uma avaliação realizada por outro profissional, ou se intervém sem ter clareza da etapa avaliativa, realizando-a implicitamente, sem consciência reflexiva. Possivelmente, a AP continue fortemente associada a características concernentes ao início da Psicologia, enfatizando a Psicometria e o uso de testes. Tais concepções podem ser o que leva tais profissionais a negarem o uso da AP, mas reconhecerem utilizar algum tipo de procedimento avaliativo. O efeito disso, no entanto, pode comprometer a qualidade do atendimento, pois além de contribuir para a manutenção do preconceito em relação ao campo, atrelando-o a um momento sócio-histórico não mais vigente ou a aspectos limitados de um processo mais amplo, caracteriza o uso de modelos de avaliação não sistematizados, cujas definições não são embasadas para o uso técnico e científico das atividades.

A concepção de que a AP não se insere em contextos de assistência social, nem de psicoterapia individual/familiar é, de saída, inadequada, salvo se a etapa avaliativa é remetida a outro profissional que auxilia na definição da intervenção. Faz-se importante discutir possibilidades de inserção da AP ante as novas demandas que surgem, pois embora possam existir, pelo menos pelos dados apontados nesta pesquisa, não parecem ser de modo bem reconhecido ou sistematizado. Na psicoterapia, por exemplo, os estudos internacionais demonstram uma tendência de valorizar a integração de princípios avaliativos de forma sistematizada na psicoterapia, garantindo a qualidade do trabalho e verificando a evolução do processo (Barlow, 2005; Peuker, Habigzang, Koller, & Araújo, 2008; Pheula & Isolan, 2007; Starling, 2010). O investimento em estudos acerca das boas práticas, ou práticas psicológicas baseadas em evidência (Del Prette, 2006), é algo que ainda é incipiente no Brasil.

Há evidências de que a AP possui uma diversidade conceitual, de tal forma contraditória, que pode ser indicativa de fragilidade na área. Enquanto, para alguns

respondentes da pesquisa, a clínica é associada à prática de avaliação, para outros, estar inserido nesse contexto é o que justificaria o não emprego dessa atividade. A primeira ideia, de que a AP seria uma prática restrita à clínica, pode ser devida à larga aplicação nesta área desde os primórdios da Psicologia, com forte expressão do Psicodiagnóstico. Além de ser uma área tradicional, a atuação na clínica tem prevalecido em diversos levantamentos (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE, 2004; Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado – WHO & CFP, 2001) embora possa ser notada uma tendência à diminuição desta predominância nos mais recentes (Bastos e cols., 2010). Já a concepção de que a área clínica não contemplaria a prática de AP pode indicar uma confusão conceitual de que clínica seria sinônimo de psicoterapia, ou seja, prática apenas interventiva e, novamente, questiona-se em que se baseia essa intervenção.

A maior expressão de uma concepção obsoleta de AP parece estar relacionada aos profissionais que consideraram o uso de testes como sinônimo de AP ou como sendo condição *sine qua non* do processo avaliativo. Esse resultado foi observado também por Strapasson, Silva e Teodoro (2010) em uma pesquisa sobre AP, em que alguns profissionais abordados se recusaram a responder, justificando que não utilizavam testes psicológicos. A força desse equívoco parece residir em aspectos históricos e sociais, como o papel da Psicometria e dos testes no desenvolvimento da Psicologia e na AP; evidências de um ensino baseado em uma cultura mecânica do aprendizado de testes (Noronha e cols., 2005); e o destaque desses instrumentos na produção científica (Barroso, 2010; Chioldi & Wechsler, 2008; Joly, Berberian, Andrade, & Teixeira, 2010; Joly, Silva, Nunes, & Souza, 2007; Suehiro, 2009).

Muitos dos psicólogos cujas justificativas se basearam no não uso de testes, bem como alguns dos que mencionaram não ser a AP parte das atividades realizadas, alegaram exercer práticas avaliativas diferentes, menos formais ou denominadas como “outros tipos de avaliação”. Essa recusa dos testes psicológicos nos processos avaliativos pode apontar para o que Noronha e cols. (2002) alertaram sobre tendência ao subjetivismo nas avaliações. A AP, principalmente na parte que se dedica ao desenvolvimento dos instrumentos de medida, possui papel central na edificação do conhecimento científico dentro da Psicologia (Primi, 2010).

Também foi observado, nas justificativas, o reconhecimento de alguns respondentes acerca das necessidades e dificuldades referentes à formação como entrave na prática de avaliação. Isso reforça os indicativos de deficiência que é sentida nesse campo (Noronha, Rueda, Barros, & Raad, 2009; Paula e cols., 2007; Padilha e cols., 2007). Chama a atenção, também, a ênfase conferida nos discursos à graduação e ao aprendizado de testes. Novamente, essa ênfase nos testes pode ser interpretada como uma falha na formação que supõe um ensino

baseado no aprendizado de técnicas isoladas, ao invés de um “desenvolvimento do raciocínio em psicologia” (Nunes e cols., 2012, p. 309). Isso porque, se os princípios da avaliação forem bem compreendidos, os testes podem, na maioria das vezes, ser aprendidos pelo próprio manual. Já a menção de problemas na formação na graduação pode denotar uma formação que de saída se encontra comprometida, não obstante esforços para melhoria da qualidade de ensino, como a Resolução nº 8/2004 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (2004), recentemente aprimorada pela Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (ABEP), por meio da Resolução CNE nº 5 de 2011. Contudo, pode também indicar um profissional que encontra dificuldades em suprir as lacunas deixadas na graduação. Para tanto, é necessário que haja oportunidades de capacitação e formação continuada e conscientização da categoria, sociedade e instituições para cobrar adequadamente o exercício de qualidade.

Considerações finais

Vale ressaltar que, em nenhum momento, ao longo do questionário ou da divulgação da pesquisa, foi definido o conceito de AP de que se estava tratando. Somente no final da pesquisa, no material disponibilizado aos participantes, era possível compreender de que se tratava a AP para a pesquisa. Três participantes contataram os pesquisadores afirmando que, de acordo com o material lido, percebiam que realizavam, sim, AP, embora tivessem respondido, no questionário, que não praticavam. Tais profissionais indagavam se deveriam responder novamente o instrumento, ao que foi esclarecido que não era necessário, pois interessava à pesquisa o depoimento dos psicólogos, incluindo suas ideias sobre o que seria a AP, sendo o material disponibilizado uma oportunidade de reflexão e não uma imposição conceitual à qual deveriam ajustar suas respostas.

Destarte, os resultados aqui discutidos oportunizam a reflexão sobre o lugar da AP. Se há recusas em praticá-la, a que se devem? Que avaliações são essas que não se intitulam avaliações psicológicas e que têm direcionado a tomada de decisão do profissional? Em que se baseiam? Embora este artigo não proponha encerrar tais questões, alguns apontamentos podem ser esboçados. Pode-se supor, é verdade, que muitos psicólogos estejam praticando AP sem saber, mas isto não pressupõe que esta seja feita de forma adequada. Pelo contrário, parece haver, na nossa categoria, posicionamentos que recusam o uso da AP por razões que refletem confusões conceituais, fragilidades na formação/capacitação e preconceitos oriundos e mantidos desde os primórdios da Psicologia. Dessa maneira, muitos profissionais podem se desinteressar e estimular o desinteresse pela área AP sem o devido conhecimento e aderir a práticas avaliativas pouco fundamentadas.

A retomada da AP é um movimento que vem ocorrendo na Psicologia como ciência e profissão e cuja continuidade deve ser ainda mais visada. Nesse sentido, acredita-se que é importante ressaltar a perspectiva da AP não como uma área ou especialidade restrita com finalidade em si mesma, mas como o processo que é a base fundamental para a tomada de decisão do psicólogo em

suas ações e intervenções no exercício profissional. A AP deveria ser a atividade mais básica do psicólogo, dada a sua relevância nos contextos de diagnóstico e intervenção. Tomá-la como etapa criteriosa de qualquer processo, discutir e refleti-la em todos os âmbitos e contextos em que possa ser inserida deve ser interesse de profissionais e estudantes.

Referências

- Alchieri, J. C., & Cruz, R. M. (2009). *Avaliação psicológica: conceito, métodos, medidas e instrumentos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Barlow, D. H. (2005). What's new about evidence-based assessment? *Psychological Assessment*, 17(3), 308-311.
- Barroso, S. M. (2010). Avaliação psicológica: análise das publicações disponíveis na Scielo e BVS-Psi. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(1), 141-154.
- Bastos, A. V. B., Gondim, S. M. G., & Borges-Andrade, J. E. (2010). O psicólogo brasileiro: Sua atuação e formação profissional. O que mudou nas últimas décadas? Em: O. H. Yamamoto, & A. L. F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. (pp. 257-271). Natal, RN: EDUFRRN.
- Chiodi, M. G., & Wechsler, S. M. (2008). Avaliação psicológica: contribuições brasileiras. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 2(8), 197-210.
- Camargo, B. V. (2005). Alceste: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. Em: A. S. P. Moreira (Org.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.
- Custódio, E. M. (2006). Avaliação psicológica ensino e pesquisa na década de sessenta. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 2(7), 49-66.
- Del Prette, G. (2006). *Terapia analítico-comportamental infantil: relações entre o brincar e comportamentos da terapeuta e da criança*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo-SP.
- Gimenez, E. H. R., & Tizzei, R. P. (2008). Psicólogos trabalhando em prol da educação: que contribuições podem oferecer? *Anuário da Produção Acadêmica Docente*, 2(3), 435-450.
- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - IBOPE Opinião. (2004). *Pesquisa de opinião com psicólogos inscritos no Conselho Federal de Psicologia. Brasil*. Março 2004. Recuperado no World Wide Web: http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/faq/faqDocumentos/Pesquisa_IBOPE.pdf
- Joly, M. C. A. R., Berberian, A. A., Andrade R. G., & Teixeira, T. C. (2010). Análise de teses e dissertações em avaliação psicológica disponíveis na BVS-PSI Brasil. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(1), 174-187.
- Joly, M. C. R. A., Silva, M. C. R., Nunes, M. F. O., & Souza, M. S. (2007). Análise da produção científica em painéis dos congressos brasileiros de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 6(2), 239-252.
- Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lisboa, F. S., & Barbosa, A. J. G. (2009). Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia ciência e profissão*, 29(4), 718-737.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2004). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2007). *SUAS: Sistema Único de Assistência Social*. Brasília.
- Noronha, A. P. P., Batista, M. A., Carvalho, L., Cobêro, C., & Santos, M. M. (2005). Ensino de avaliação psicológica em instituições de ensino superior brasileiras. *Universitas, Ciências da Saúde*, 3(1), 1-14.
- Noronha, A. P. P., Rueda, F. J. M., Barros, M. V. C., & Raad, A. J. (2009). Estudo transversal com estudantes de psicologia sobre conceitos de avaliação psicológica. *Psicologia Argumento*, 27(56), 77-86.
- Noronha, A. P. P., Ziviani, C., Hutz, C. S., Bandeira, D., & Domingues, S. (2002). Em defesa da avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 2(sn), 173-174.
- Nunes, M. F. O., Muniz, M., Reppold, C. R., Faiad, C., & Noronha, A. P. P. (2012). Diretrizes para o ensino de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 309-316.
- Padilha, S., Noronha, A. P. P., & Fagan, C. Z. (2007). Instrumentos de avaliação psicológica: uso e parecer de psicólogos. *Avaliação Psicológica*, 6(1), 69-76.
- Paula, A. V., Pereira, A. S., & Nascimento, E. (2007). Opinião de alunos de psicologia sobre o ensino em avaliação psicológica. *PsicoUSF*, 12(1), 33-43.
- Peuker, A. C., Habigzang, L. F., Koller, S. H., & Araújo, L. B. (2009). Avaliação de processo e resultado em psicoterapias: uma revisão. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 14(3), 439-445.
- Pheula, G. F., & Isolan, L. R. (2007). Psicoterapia baseada em evidências em crianças e adolescentes. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 34(2), 74-83.
- Primi, R. (2010). Avaliação psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(especial), 25-35.
- Resolução CFP nº 007/2003 (2003). Institui o Manual de elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Resolução n. 5 (2011). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. *Diário Oficial da União, Brasília*, Seção 1, 19.
- Resolução n. 8 (2004). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. *Diário Oficial da União, Brasília*, Seção 1, 16-17.
- Siqueira, I. L. S. M., & Oliveira, M. A. C. (2011). O processo de avaliação psicológica. Em: Grupo de Trabalho do Ano Temático da Avaliação Psicológica (Org.), *Ano da Avaliação Psicológica – Textos Geradores* (pp. 43-48). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

- Souza-Filho, M. L., Belo, R., & Gouveia, V. V. (2006) Testes psicológicos: análise da produção científica brasileira no período 2000-2004. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26(3), 478-489.
- Suchiro, A. C. B. (2009). Revista Avaliação Psicológica: um estudo da produção científica de 2002 a 2007. *Avaliação Psicológica*, 8(1), 131-139.
- Starling, R. R. (2010). *Prática controlada: medidas continuadas e produção de evidências empíricas em terapias analítico-comportamentais*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo-SP.
- Strapasson, E. M., Silva, R. M., & Teodoro, V. (2010) O Processo de Avaliação Psicológica na Atuação dos Psicólogos Organizacionais e do Trabalho. Em: *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*.
- Vieira, R. C. (2008). O psicólogo e o seu fazer na educação: uma crítica que já não é mais bem-vinda. *Psicologia da Educação*, 27(2), 179-192.
- WHO Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado & Conselho Federal de Psicologia. (2001). Pesquisa feita junto aos Associados do Conselho Federal de Psicologia: Relatório Final. Recuperado no World Wide Web: http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/faq/faqDocumentos/Pesquisa_WHO.pdf
- Villemor-Amaral, A. E., & Pasqualini-Casado, L. (2006). A cientificidade das técnicas projetivas em debate. *Psico-USF*, 11(2), 185-193.
- Witter, G. P. (2007). O psicólogo escolar como psicometrista: 30 anos depois. *Psicologia Escolar e Educacional*, 11(2), 413-425.

Recebido em outubro de 2012
Reformulado em abril de 2013
Aprovado em abril de 2013

Sobre os autores

Andressa Moreira Hazboun é Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

João Carlos Alchieri é Doutor, Prof. Adjunto do Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Brasil.